

Coluna do Castello

O tamanho da reforma

ALGUNS ministros aproveitaram o fim de semana para trocar telefonemas de consultas sobre a proposta de mudança dos prazos de desincompatibilização a ser votada nos próximos dias pelo Congresso, juntamente com a emenda do Presidente José Sarney que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. O entendimento acatado pelas lideranças dos partidos ampliou os prazos e introduziu a distinção, que não existe no texto constitucional em vigor, entre ministros que detêm mandato parlamentar e os que não. A distinção até hoje existiu para secretários de Estado. Os parlamentares, entre eles, eram obrigados a deixar as secretarias até quatro meses antes das eleições na hipótese de desejarem disputá-las. Os secretários que não possuíam mandato estavam sujeitos a abandonar o cargo seis meses antes.

Se aprovada a proposta que emergiu na última sexta-feira da reunião da Comissão Mista do Congresso, os ministros do atual Governo que forem candidatos em novembro do próximo ano terão que renunciar a seus postos mais cedo do que gostariam. Os parlamentares, como os Srs Fernando Lyra, Carlos Sant'Anna, Affonso Camargo e Pedro Simon, por exemplo, serão obrigados a retornar à Câmara e ao Senado até 15 de maio de 1986, e não mais até 15 de junho. Os que não conquistaram um lugar no Congresso serão desalojados do poder até 15 de fevereiro — nove meses antes das eleições que pretenderem disputar. A razão doutrinária exposta pelo legislador para distinguir entre ministros é a mesma que o moveu para separar secretários de Estado.

O pressuposto é o de que um ministro, detentor de mandato parlamentar, comprovadamente possui uma base eleitoral e está, assim, menos sujeito à tentação de utilizar o cargo que eventualmente ocupa para garantir sua reeleição. A tentação do uso do cargo seria maior para os ministros que, sem mandato parlamentar, desejassem obtê-lo. A razão doutrinária ampara-se, portanto, em uma preocupação que dissemina a suspeita sobre a correção dos políticos em geral e, principalmente, sobre aqueles, ministros ou secretário, que não tenham mandato e que queiram possuí-lo. Legislação de tal natureza só existe entre nós. Não existe registro de país algum desenvolvido que a tenha adotado.

ANC 88
Pasta 10/85-2
047/1985

O subdesenvolvimento político nacional, que parte do princípio de que todos são culpados até que provem sua inocência, deita raízes, naturalmente, em dados de realidade — na corriqueira prática, incorporada aos nossos costumes, do uso e do abuso da máquina administrativa para beneficiar seus titulares ou os candidatos dos seus titulares. De tal modo isso se dá que passa até a ser admirado pela esperteza, e elogiado como bom político, o cidadão que maneja de acordo com seus interesses os recursos que o cargo lhe oferece. A atual campanha eleitoral não inova no assunto, nem mesmo aprimora práticas conhecidas. A perspectiva é de que a do próximo ano, pela extraordinária importância que terá, ferirá o pudor dos mais ousados remanescentes da República velha.

Consideram-se os ministros atuais que não exibem mandato parlamentar discriminados pela proposta a ser examinada nesta semana. Alegam que seus colegas de ministério, deputados e senadores, poderão permanecer em seus cargos mais três meses que eles e, ao cabo, ainda ganharão uma tribuna que deverá ser útil para tentar a reeleição. Eles, não — sem o cargo e sem tribuna, serão devolvidos à planície antes mesmo que esteja definido o quadro de candidatos nos seus respectivos Estados. Alguns dos ministros queixosos admitiram, nos telefonemas do fim de semana, mobilizar os parlamentares que lideram para sabotar a votação da proposta — o que talvez pusesse em risco a emenda da Constituinte. A idéia dificilmente prosperará. Tais ministros ocupam-se, também, em repensar o seu destino.

O da Administração, Aluizio Alves, deve, agora, ter consolidado sua decisão de permanecer ministro. O das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, jogará todas as suas fichas no filho, Luís Eduardo, candidato à Câmara dos Deputados, e não arredará pé do seu cargo. O da Indústria e do Comércio, Roberto Gusmão, deve ter pensado no assunto entre Natal, onde ontem se encontrava, e São Paulo, para onde voaria à noite. O lote de ministros que espontaneamente deixaria o Governo deverá emagrecer. O Presidente José Sarney terá menos espaço do que gostaria para preencher — ou terá um custo político maior para mandar embora quem não pretende ir. Salvo uma mudança no estilo presidencial, o mais provável é que o Sr Sarney não venha a fazer a reforma ministerial do tamanho que sonha.

Respeito à verdade